



MUNICÍPIO DE FELIZ

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Mensagem n.º 96

Ao Excelentíssimo Senhor
Luiz Egon Kremer
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Feliz
Nesta

Senhor Presidente:

Na forma da legislação em vigor, submeto à deliberação dessa Colenda casa legislativa os projetos de Lei: *"Institui o Programa de Fomento à Economia de Feliz, denominado "Compre na nossa Feliz e dá outras providências" e "Inclui dispositivo na Lei Municipal nº 3.317, de 29.09.17, que Estabelece o Código Tributário do Município, consolida a legislação tributária e dá outras providências."*

A utilização de tecnologia e introdução de inovações decorrentes do avanço tecnológico são premissas da gestão pública moderna. Uma das grandes e impactantes evoluções ocorridas é a introdução de aplicativos, utilizados pela população, em larga escala e para os mais diversos fins.

A Administração Municipal está atenta a esse cenário, tendo introduzido, recentemente, através da Secretaria da Fazenda, o “Cidade Mob”, aplicativo que permite realização e acompanhamento de protocolos, obtenção rápida e fácil de guias para pagamento e informações cadastrais, entre outros fatores.

Nesse contexto, o presente projeto de lei visa instituir mecanismo de incentivo a compras em estabelecimentos localizados no Município de Feliz, por meio de aplicativo, moderno e de fácil utilização. O incentivo à compra na cidade é um trabalho constante e contínuo que, em função da Pandemia do Coronavírus, mostra-se ainda mais importante, pois a compra na cidade gera renda, mantém empregos, mantém empresas em atividade, além de gerar retorno tributário para o Município.

O incentivo consiste em conceder crédito a partir de compras de produtos ou serviços em estabelecimento local. Os créditos acumulados podem ser utilizados como desconto no IPTU, tanto para pagamento à vista, como parcelado. Na hipótese de não utilização do crédito, o mesmo é convertido em cupom eletrônico, proporcionando ao contribuinte concorrer a prêmios oferecidos pelo Município.

Trata-se de um mecanismo eficaz, moderno, ecológico e inteligente de incentivar a compra local, a emissão de notas fiscais e também o adimplemento do IPTU.

Os valores dos créditos correspondem à parte do retorno tributário médio gerado pelas respectivas compras de produtos ou serviços.

Considerando o menor tempo para obtenção de créditos neste exercício, bem como estarmos, atualmente, no período de maior impacto econômico negativo decorrente da



MUNICÍPIO DE FELIZ

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Pandemia – o que aumenta a importância da compra local – os créditos para compras realizadas neste anos terão maior valor em relação aos anos subsequentes.

Ademais, cabe posterior divulgação, através de ações de marketing, em conjunto com a ACISFE, apoiadora dessa iniciativa.

A fim de viabilizar a execução deste Programa, também estão sendo realizadas alterações nas Leis do PPA 2018/2021, LDO 2020 e LOA 2020, bem como a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 25.000,00, para custear as despesas com a aquisição do sistema/aplicativo e suas mensalidades até o final do exercício.

Já o projeto de lei que visa incluir dispositivo do Código Tributário Municipal, tem por finalidade permitir a concessão de desconto do IPTU em maior percentual do que o já autorizado.

Esta alteração possibilitará a realização da ação de fomento a compras na economia local, que terá no desconto do IPTU, obtido a partir de créditos decorrentes de compras locais, um de seus atrativos.

Por fim, registramos que a presente proposta não representa conduta vedada em ano eleitoral, já que os benefícios serão alcançados apenas aos particulares que efetivarem compras no Município de Feliz e que sejam proprietários de imóveis tributados pelo IPTU, o que configura a exigência de contrapartidas e afasta a gratuidade vedada pelo art. 73, § 10, da Lei Federal nº 9.504/97.

Ainda, não há infringência às regras relativas ao último ano de mandato, visto que as renúncias fiscais serão previstas oportunamente na elaboração do orçamento público municipal, conforme art. 14 da LC 101/2000.

Na certeza da aprovação deste, renovamos votos de elevado apreço e consideração.

Feliz, 09 de setembro de 2020.

Albano José Kunrath,
Prefeito Municipal de Feliz.



MUNICÍPIO DE FELIZ

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROJETO DE LEI Nº 092/2020.

Institui o Programa de Fomento à Economia de Feliz, denominado "Compre na nossa Feliz" e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ, Estado do Rio Grande do Sul, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele, com base na Lei Orgânica do Município, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Fomento a Economia de Feliz, denominado "Compre na nossa Feliz", com o objetivo de fomentar e incentivar a contratação de serviços ou a compra de mercadorias em estabelecimentos locais, em vista dos efeitos negativos da pandemia do novo Coronavírus e como medida auxiliar de reativação econômica do Município de Feliz.

§ 1º Serão beneficiados as pessoas físicas que tomem serviços ou comprem mercadorias, em operações comprovadas por notas fiscais eletrônicas passíveis de validação, emitidas por prestadores de serviços ou comerciais estabelecidos neste Município.

§ 2º Serão aceitos como documentos válidos:

I - Nota Fiscal Eletrônica - NF-e;

II - Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica - NFC-e;

III - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e.

Art. 2º Os incentivos do Programa "Compre na nossa Feliz" ocorrerão da seguinte forma:

I - mediante concessão de créditos, em valor nominal, de acordo com os critérios desta Lei, a serem utilizados para desconto no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

II - mediante sorteio de prêmios, com a conversão de créditos em cupons eletrônicos, na proporção de um cupom para cada um real em crédito, com tipos de premiação, datas de sorteio e demais regramentos a serem regulamentados através de Decreto.

Art. 3º Os beneficiários deverão utilizar aplicativo específico, a ser disponibilizado pelo Município, no qual poderão informar as notas fiscais eletrônicas, mediante leitura ou digitação de código de verificação, bem como consultar o valor dos créditos a que fazem direito, mediante cadastro prévio e a utilização de senha.

Art. 4º Para a participação no Programa "Compre na nossa Feliz" ficam estabelecidas as seguintes condições:

I - ser tomador de serviço ou comprador de mercadoria, como pessoa física inscrita no Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II - efetuar o cadastramento no aplicativo, em conformidade com o art. 3º;



MUNICÍPIO DE FELIZ

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

III - estar o prestador de serviço regularmente cadastrado no Município e emitir a nota fiscal exclusivamente no formato eletrônico (NFS-e), devendo o imposto, incidente sobre a operação, ser devido em favor do Município;

IV - estar o comércio regularmente cadastrado na Secretaria da Fazenda do Estado e emitir a nota fiscal exclusivamente no formato eletrônico (NF-e e NFC-e).

Art. 5º As notas fiscais eletrônicas gerarão crédito uma única vez, a partir da validação no aplicativo, independentemente do efetivo pagamento do imposto.

Art. 6º A utilização de créditos do Programa "Compre na nossa Feliz" para desconto no IPTU considerará que:

I - os pontos gerados poderão ser convertidos em abatimento no valor do IPTU do exercício seguinte ao da opção, conforme tabelas anexa a esta Lei;

II - o beneficiário deverá indicar:

a) os imóveis do Cadastro Fiscal do Município a serem beneficiados com o crédito;

b) o crédito a ser utilizado em cada imóvel, na hipótese de opção por mais de uma inscrição.

Parágrafo único. A opção pela(s) inscrição(ões) objeto de desconto deverão ocorrer anualmente, observado o disposto no § 2º do artigo 11.

Art. 7º O desconto do IPTU a partir dos créditos obtidos será em valor nominal e unidade real, incidente tanto para o pagamento a vista quanto em parcelas e limitado à, no máximo, 10% (dez por cento), sem prejuízo ao desconto tradicionalmente concedido, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. Na hipótese de efetivação da opção de inscrição para desconto e não pagamento do imposto até a data de inscrição em dívida ativa, tanto na modalidade a vista quanto parcelada, o respectivo crédito perde sua eficácia, sem possibilidade de novo aproveitamento e retornando o montante ou parcela ao seu valor original.

Art. 8º Na hipótese de haver créditos excedentes àqueles indicados para fins de desconto do IPTU, os mesmos serão revertidos, automaticamente, para participação em sorteio, sendo posteriormente extintos e não reaproveitáveis.

Parágrafo único. Na hipótese de haver maior quantidade de créditos indicados para desconto em uma mesma inscrição, proveniente de diferentes usuários, predominará aquele(s) primeiramente indicado(s), com conversão dos demais, de forma automática, em cupons eletrônicos para sorteio.

Art. 9º O participante do Programa "Compre na nossa Feliz" será excluído, automaticamente, em caso de fraude comprovada, sem prejuízo da responsabilidade por crime de falsidade ideológica ou documental, conforme o caso.

Art. 10. O Município poderá efetuar campanhas de divulgação ou confeccionar impressos para distribuição ou afixação em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, em local visível ao público, sob a forma de cartaz, contendo a comunicação de que o



MUNICÍPIO DE FELIZ

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

estabelecimento é emissor de nota fiscal eletrônica habilitada ao Programa "Compre na nossa Feliz", nos termos e modelo definidos em Decreto.

Art. 11. Para o desconto no IPTU de cada exercício, valerão as notas fiscais emitidas até o dia 31 de dezembro do exercício anterior.

§ 1º A opção pela(s) inscrição(ões) objeto dos descontos, nos termos da alínea "a" do inciso II do artigo 6º deverá(ão) ocorrer anualmente, no máximo, até o dia 10 de janeiro de cada exercício.

§ 2º Para o desconto no IPTU do exercício de 2021, serão válida.s notas as notas fiscais datadas/emitidas no período compreendido entre de 01.08.2020 até 31.12.2020.

Art. 12. Cabe à Secretaria Municipal da Fazenda a fiscalização dos atos relativos ao Programa "Compre na nossa Feliz", especialmente a geração e concessão dos créditos, podendo, a qualquer momento, suspender sua concessão, quando houver indícios de irregularidades ou cancelar os benefícios concedidos se comprovada, mediante processo administrativo, a ocorrência.

Art. 13. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal da Fazenda, suplementadas, se necessário, e consignadas em orçamento.

Art. 14. Fica alterado o "Objetivo" do Programa nº 011 – CIDADE QUE ARRECADA CIDADE QUE CRESCE, no Anexo II da Lei Municipal nº 3.293/2017 do Plano Plurianual - PPA de 2018/2021, no Anexo III – Metas Prioritárias da Lei Municipal nº 3.622/2019 de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2020 e no Anexo XX da Lei Municipal nº 3.639/2019 - Lei Orçamentária Anual - LOA de 2020, conforme Anexo II.

Art. 15. Fica autorizada a inclusão da ação "2134 - Compre na nossa Feliz" no Programa nº 011 – CIDADE QUE ARRECADA CIDADE QUE CRESCE, no Anexo II da Lei Municipal nº 3.293/2017 do Plano Plurianual - PPA de 2018/2021, no Anexo III – Metas Prioritárias da Lei Municipal nº 3.622/2019 de Diretrizes Orçamentárias - LDO de 2020 e no Anexo XX da Lei Municipal nº 3.639/2019 - Lei Orçamentária Anual - LOA de 2020, conforme Anexo II.

Art. 16. Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2020, no valor R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com a seguinte classificação orçamentária:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

05.01 – SMF e Órgãos Auxiliares

05.01.04 – Administração

05.01.04.123 – Administração Financeira

05.01.04.123.0011 – CIDADE QUE ARRECADA CIDADE QUE CRESCE

05.01.04.123.0011.2134 – Compre na nossa Feliz

3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO

R\$ 100,00

Fonte de Recurso: 01 - Livre



MUNICÍPIO DE FELIZ

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

R\$ 100,00

Fonte de Recurso: 01 - Livre

3.3.90.40 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ R\$ 24.700,00

Fonte de Recurso: 01 - Livre

4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

R\$ 100,00

Fonte de Recurso: 01 - Livre

Art. 17. Servirá de recurso para cobertura dos créditos adicionais especiais abertos pelo artigo anterior, a redução da seguinte dotação orçamentária:

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

03.01 – SMDE e Órgãos Auxiliares

03.01.15 – Urbanismo

03.01.15.695 – Turismo

03.01.15.695.0008 - DESENVOLVENDO FELIZ ATRAVÉS DO TURISMO

03.01.15.695.0008.1008 – Revitalização de Espaços Turísticos

4.4.90.51 (3050) – OBRAS E INSTALAÇÕES R\$ 20.000,00

Fonte de Recurso: 01 - Livre

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

03.01 – SMDE e Órgãos Auxiliares

03.01.27 – Desporto e Lazer

03.01.27.695 – Turismo

03.01.27.695.0008 - DESENVOLVENDO FELIZ ATRAVÉS DO TURISMO

03.01.27.695.0008.0015 – Apoio a realização de Eventos

3.3.90.31 (3602) – PREMIAÇÕES CULTURAIS, ART, CIENTÍFICAS, DESP. E OUTRAS R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 01 - Livre

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Feliz, ___ de setembro de 2020.

Albano José Kunrath.

Este Projeto de Lei foi examinado e aprovado pelo Departamento Jurídico do Município.

Feliz, 11.09.2020

Adalberto Bairros Kruehl
Procurador do Município de Feliz.



MUNICÍPIO DE FELIZ

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROJETO DE LEI Nº 093/2020.

Inclui dispositivo na Lei Municipal nº 3.317, de 29.09.17, que Estabelece o Código Tributário do Município, consolida a legislação tributária e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ, Estado do Rio Grande do Sul, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele, com base na Lei Orgânica do Município, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído o parágrafo único ao artigo 22 da Lei Municipal nº 3.317, de 29 de setembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. (...)

Parágrafo único. Além do desconto previsto no *caput* deste artigo, o Município poderá instituir, mediante legislação específica, programa gerador de crédito para abatimento do IPTU, limitado a 10% (dez por cento) do valor do imposto, sendo extinto quando da inscrição em dívida ativa." (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Feliz, 09 de setembro de 2020.

Albano José Kunrath.

Este Projeto de Lei foi examinado e aprovado pelo Departamento Jurídico do Município.
Feliz, 10.09.2020

Adalberto Bairros Kruel
Procurador do Município de Feliz.



MUNICÍPIO DE FELIZ
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO I

VALOR DO CRÉDITO

Até 31.12.2020	
Tipo da nota	% do valor da nota
NFS-e	0,60%
NFC-e / NF-e	0,25 %

A partir de 1º.01.2021	
Tipo da nota	% do valor da nota
NFS-e	0,50%
NFC-e / NF-e	0,20 %



MUNICÍPIO DE FELIZ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANEXO II

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA								
01. Denominação:	CIDADE QUE ARRECADA CIDADE QUE CRESCE							
02. Objetivo: Aumentar e incrementar a arrecadação tributária do Município, principalmente a própria, assim como implementar ferramentas de diminuição da inadimplência, através da modernização e atualização dos processos e mecanismos de arrecadação dos tributos próprios, estaduais e federais, focando na inteligência fiscal, na ampliação e atualização cadastral e eficientização dos procedimentos. Fomentar e incentivar a contratação de serviços ou a compra de mercadorias em estabelecimentos locais.								
03. Público-alvo: Público em Geral								
04. Justificativa: Atualmente os recursos oriundos das transferências financeiras, provenientes dos demais Entes da Federação, estão cada vez mais escassos. Neste sentido, a arrecadação própria assume um papel importantíssimo na composição das receitas orçamentárias do Município. Isto exige que haja um trabalho eficiente na implementação de políticas públicas voltadas para o aumento da arrecadação tributária, seu controle, sua fiscalização, bem como voltadas para a boa gestão dos recursos públicos.								
05. Código:	11							
INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DO PROGRAMA								
ÍNDICES								
Descrição				Mais recente		Desejado Final da LDO/LOA		
Pontuação do Município no Programa de Integração Tributária				150		160		
Fonte: Secretaria Geral de Gestão Pública								
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA								
Unidade Responsável	Tipo de Ação	Código Ação	Descrição da Ação	Produto	Unidade Medida	Ano	Meta Física	Valores Financeiros



MUNICÍPIO DE FELIZ
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SMF	A	2042	Integração Tributária	Atividade Mantida	un	2020	1	R\$ 45.500,00
SMF	A	2043	Faça seu Carro Feliz	Veículos incluídos	un	2020	1	R\$ 3.000,00
SMF	A	2128	Modernização da Administração Fazendária	Atividade Mantida	un	2020	1	R\$ -
SMF	A	2134	Compre na nossa Feliz	Atividade Mantida	un	2020	1	R\$ 25.000,00
TOTAL DO PROGRAMA - EXERCÍCIO 2020								R\$ 73.500,00